

"O espaço de ação dos governos ficou muito estreito"

Entrevista de Joseph Vogl

Joseph Vogl, culturólogo, afirma no seu livro "O efeito de soberania" que o fato da política e da economia serem esferas à parte, que se limitam reciprocamente, é uma "lenda do liberalismo". Numerosas alianças definem a relação entre as duas esferas.

Sr. Vogl, no seu livro "O efeito de soberania" o senhor recapitula as dependências recíprocas entre as esferas política e econômica. A quais perguntas mais específicas o senhor pretende responder?

Indago no meu livro onde se forma hoje o poder decisório e de atuação na política contemporânea. Adoto nesse empenho uma dupla perspectiva: num primeiro momento, podemos constatar que no intercâmbio estreito entre atores econômicos e instituições políticas, numa espécie de zona cinzenta entre a economia e a política, são tomadas muitas decisões que dizem respeito à sociedade como um todo. A costumeira distinção entre Estado e mercado é insuficiente para apreender momentos essenciais do poder governamental moderno.

A segunda perspectiva é de natureza histórica: procurei mostrar até que ponto justamente o moderno sistema financeiro só pôde surgir graças a uma estreita simbiose de poder político e poder econômico. Tais processos podem ser rastreados até a Idade Média tardia, e.g. na República de Gênova na Itália Setentrional, onde já no séc. XII doadores privados foram integrados ao exercício da política. Nos primórdios da Idade Moderna, e.g. nos Países Baixos no séc. XVII e mais tarde na Inglaterra, a dívida pública e o financiamento do Estado tornaram-se os motores mais importantes da formação de um poder financeiro com grande influência na política.

O dogma da independência radical

O senhor descreve a gênese dos bancos centrais do séc. XVII até a atualidade. Até que ponto os bancos centrais representam paradigmaticamente a atuação conjunta da política e da economia?

Os bancos centrais desempenham uma importante função mediadora no sistema financeiro. De início eles congregavam - como o *Bank of England*, fundado em 1694 - credores privados, que emprestavam dinheiro ao Estado e se beneficiavam, por sua vez, desses créditos em virtude da transmissão de privilégios alfandegários e fiscais. Surgiu assim uma teia estreita de relações entre as esferas pública e privada, uma mescla de instituição governamental e empresa privada. Por um lado, os bancos centrais cumpriam tarefas do Estado, por outro funcionavam como sociedades anônimas, estando ademais subtraídas ao controle político. No decurso do séc. XX, as tarefas dos bancos centrais foram alteradas. Seu objetivo agora é essencialmente assegurar o bom funcionamento dos sistemas financeiro e monetário.

Essa função quase sempre está ligada ao dogma da independência radical. Assim, para citar um exemplo, o Banco Central Europeu assumiu, na condição de uma das instituições financeiras mais independentes da atualidade, integralmente um inquestionável direito de soberania, a saber, o controle da moeda e da liquidez. O

Tratado de Maastricht dispõe explicitamente que nenhum parlamento nacional e nenhuma instituição europeia têm competência para dar instruções ao Banco Central Europeu. Por meio das suas decisões, o Banco Central Europeu define diretamente as condições de entorno das políticas governamentais, mas em regime de independência de governos eleitos. Por conseguinte, o Banco Central Europeu é, se assim quisermos, uma instituição parademocrática.

Também nos mercados financeiros constatamos a atuação conjunta de princípios políticos e econômicos. O senhor cunhou nesse tocante o conceito de "capitalismo regulativo". O que define esse "capitalismo regulativo"?

O conceito permite defender uma tese contrária à afirmação de que os mercados financeiros são mercados livres, i. é, mercados por assim dizer "sem freios". Em vez disso, eles são uma esfera altamente regulada da atividade econômica, na qual os Estados, as instituições de natureza semiestatal como os bancos centrais, as organizações internacionais como e.g. o FMI, outros *players* privados influentes com encargos públicos, como e.g. as agências de *rating*, acordos internacionais e também grandes investidores privados como as sociedades de investimentos e bancos interagem em uma teia extremamente diferenciada de regras. Aqui não existe um mercado "livre", acessível a todos, mas um conjunto de privilégios sistemáticos para grandes capitais.

Riscos, redistribuídos para baixo

No contexto da crise financeira desde 2008 constata-se uma grande disposição da parte da política, de apoiar bancos financeiramente avariados com recursos públicos. No ápice da crise grega de 2015 ficou claro que o saneamento dos orçamentos públicos está na dependência de condições nitidamente mais duras. Aqui as alianças entre a política e a economia, descritas pelo senhor, entram em ação?]

Uma tese do meu livro é que um momento decisivo da soberania do sistema financeiro contemporâneo é o assim chamado "credor de última instância". Tradicionalmente cumprida pelos bancos centrais e pelos bancos emissores, essa função deslocou-se gradativamente para os mercados financeiros. Assim investidores privados e a dinâmica dos negócios determinam em larga escala o volume e a circulação da moeda. Diante desse pano de fundo, firmou-se a lógica política, que manda salvar primeiramente os investidores em situações críticas, para assegurar as condições elementares de sobrevivência da economia.

Um dos exemplos mais proeminentes desde 2008 foram os grandes prestadores de serviços financeiros nos EUA, i. é, as seguradoras particulares, que tinham investido elevados montantes de dinheiro em créditos imobiliários e precisavam ser saneadas com recursos públicos, e.g. por gerirem uma grande parcela dos fundos de pensões nos EUA. O Estado subordinou-se a um regime de coação por parte do setor privado, que torna necessária a salvação de grandes investidores, para evitar o colapso integral das aposentadorias por velhice. E o senhor tem razão, o regime financeiro contemporâneo consolida essa assimetria: grandes investidores privados quase sempre são refinanciados sem nenhuma contrapartida com recursos públicos, mas devedores estatais apenas com exigências muito elevadas. Os riscos nos mercados financeiros são, por assim dizer, redistribuídos para baixo.

Comprar tempo para espaços de atuação política

Essas situações de coação política também são descritas pelo cientista político norte-americano Charles Lindblom, de quem o senhor cita a seguinte declaração: "Nenhuma sociedade de mercado pode desenvolver uma regime integralmente democrático, pois o sistema de mercado aprisiona o processo decisório político". Poderíamos afirmar que os processos de mercado necessariamente restringem os processos democráticos?

Essa perspectiva dirige-se num primeiro momento contra a tese de que o capitalismo e a democracia se complementam, são por assim dizer gêmeos. A história ensina que o capitalismo está menos interessado em processos democráticos e mais em modelos de negócios lucrativos, podendo por conseguinte firmar coalizões com formas de governo de qualquer espécie. Quando muito, o capitalismo carece de segurança jurídica mínima, e.g. da proteção da propriedade.

O que Lindblom descreve como "prisão do mercado" se mostra também na concorrência de reputações, à qual, para citar um exemplo, os países do euro se vêem sujeitos nos mercados. Um dos problemas centrais dos governos é a compra de frações de tempo nos mercados financeiros, para assegurar margens de atuação política. Aqui a solvência dos Estados é avaliada constantemente pelas agências de rating. Assim que um país começa a despencar, seu rating piora, a sua credibilidade diminui, os juros dos títulos da dívida pública sobem, o que dificulta a possibilidade do refinanciamento nos mercados financeiros. Trata-se de um círculo vicioso. A única saída que ainda resta aos governos é reduzir os serviços públicos, reduzir os investimentos, promover a erosão dos serviços de seguridade social, negligenciar a manutenção das infraestruturas públicas. Com isso eles reconquistam - como se pode ouvir sempre de novo, à maneira de um estribilho - a "confiança dos mercados financeiros". A acumulação politicamente desejada do poder de ação e decisão nas mãos dos atores do setor privado fez com que o espaço de atuação dos governos tenha ficado muito reduzido.

Dependência dos interesses da economia financeira

Como o Estado poderia reconquistar o poder de atuação política, quer dizer, a soberania? Necessitaríamos, para tanto, de uma dissolução das múltiplas interrelações entre a política e a economia?

Não se trata de uma luta entre os mercados e a política. Muito pelo contrário, a esfera política deve redefinir determinadas prioridades econômicas e protestar contra a imposição de um princípio, digamos, neoliberal em todas as áreas da economia. No centro do regime financeiro contemporâneo está um conflito ou uma luta de classes entre a esfera do mercado financeiro, quer dizer, a indústria financeira e os grandes investidores, por um lado, e a esfera dos cidadãos em pleitos democráticos.

Nas últimas décadas, o regime financeiro foi fortalecido politicamente com uma cascata de medidas e decisões: restrições ao endividamento, privilégios fiscais em benefício de patrimônios geradores de juros, redução de controles dos mercados financeiros, negação da introdução de impostos sobre transações financeiras, privatização de gastos públicos, redimensionamento de concepções solidárias de previdência social segundo modelos baseados nos mercados financeiros. Essas são algumas apostas mínimas do jogo político, que também estarão na agenda no futuro: uma luta política, para definir até que ponto o bem-estar da coletividade e os nossos entornos de vida dependem dos interesses do capital financeiro.